

Opinião

PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE SANTOS - SUGESTÕES PARA A SUA PRESERVAÇÃO

JAQUELINE FERNÁNDEZ ALVES¹

O texto que se apresenta a seguir intitulado Patrimônio Cultural da *Cidade de Santos, sugestões para a sua preservação* foi produzido no final da década de 1980 com propósito de levar os organismos municipais de cultura daquela ocasião a refletirem sobre o futuro do patrimônio histórico e cultural edificado em Santos.

Desde então até hoje muitas iniciativas foram tomadas, muitos imóveis foram restaurados e reabilitados, o organismo municipal de preservação foi criado e um importante programa de revitalização colocado em prática. Entretanto, podemos afirmar que existe uma política efetiva de preservação do patrimônio para a cidade de Santos?

A intenção da publicação deste texto é a de criar uma reflexão sobre o que vem sendo feito atualmente na cidade, já que, ainda hoje, depois de mais de 20 anos da sua produção, as políticas preservacionistas praticadas em Santos ainda deixam a desejar e a preservação é vista como um entrave nos setores imobiliários, o que prejudica a salvaguarda de núcleos urbanos de interesse e de vários edifícios da cidade.

É tempo de renovação. A educação patrimonial hoje deve ser tema intrínseco das grades escolares. O que é de desinteresse para preservação deve ser motivado a fazer parte da memória social do cidadão santista desde a educação infantil. A formação de profissionais que atuem na área da educação patrimonial, mesmo que seja no mais diversificado setor, torna-se imprescindível. Será uma nova tomada de consciência da sociedade através da voz dessa nova geração de formadores de opinião, para que o descuido passe longe da tomada de decisão de quem tem o poder de preservar.

Patrimônio Cultural da Cidade de Santos - Sugestões para a sua preservação

A vontade de preservação dos espaços construídos ganhou impulso após a Revolução Industrial, momento histórico em que despontou uma significativa perda aliada à intensa renovação no meio urbano. Precisamente em meados do século XIX, os países que sofreram esses impactos iniciais, como a Alemanha, a França, a Inglaterra e a

Itália, elaboraram as primeiras normas para a preservação do patrimônio histórico.

No Brasil, essas preocupações chegaram com quase 100 anos de atraso. Em 1937, foi criada a SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional), órgão federal voltado para a proteção do patrimônio nacional. As atuações da SPHAN priorizaram a salvaguarda dos exemplares consagrados na historiografia oficial, no caso a arquitetura do período colonial. Foram tombadas igrejas barrocas, casas de fazenda do ciclo de açúcar, fortes e fortalezas, casas de câmara e cadeia, residências de personalidades históricas e núcleos urbanos coloniais. Nos anos 1940, as atenções da SPHAN chegaram a Santos, tombou-se a Fortaleza de São Tiago ou de São João em Bertiooga, a Casa do Trem Bélico, a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e a Capela e Mosteiro do São Bento. Esses tombamentos, embora demonstrem a vontade coletiva de conservar a memória, quando restaurados, quase sempre não respondem à necessidade básica dessa mesma coletividade. Em parte, isso se deve às destinações desses imóveis, norteadas para equipamentos culturais, mesmo nos lugares mais inusitados. Por outro lado, depara-se com o problema das distantes relações entre o Estado e a Cultura comprometendo a aplicação de uma política cultural eficaz. Assim, ocorrem casos, como o da Casa de Câmara e Cadeia de Santos, em cujo espaço se desenvolvem atividades culturais, mas que não alcançam interesse do cidadão comum,

acarretando o desprezo, algumas vezes, generalizado.

A valorização desses bens pela comunidade implica o aumento de sua participação no processo de tomada de decisões, na implantação de projetos e programas oficiais. O reconhecimento e a salvaguarda desse patrimônio histórico se farão na medida em que a sua utilização responda às necessidades essenciais da coletividade.

Hoje, os conceitos que qualificam a preservação de um determinado Patrimônio Cultural ganharam uma dimensão maior que a da mera historicidade. O tombamento de uma edificação isolada, uma rua, um quarteirão, um bairro, ou uma cidade inteira envolve a preservação da memória da comunidade – fundamental para o fenômeno humano da mudança – dos referenciais e da qualidade urbana comum a toda a população e assegura a cidade a esse cidadão como uma forma de resistência à expropriação caracterizada pelas forças econômicas.

Assim, a restauração de bens culturais ou de conjuntos urbanos deve assumir uma dimensão social. Exemplos como o da restauração da escola de Pirassununga, no Estado de São Paulo, ou da revitalização da Cidade de Bolonha, na Itália, onde a participação da comunidade foi essencial, demonstram concretamente que não se pode pensar a preservação distante da função social.

Santos carece da aplicação de uma política preservacionista que defina critérios de ação, determinada por uma ideologia cultural que seja

socialmente ampla e representativa para a comunidade. Também não se pode enfrentar esse desafio sem a permanente e crescente participação da população nesse processo para a salvaguarda do patrimônio cultural.

Ao pensar no patrimônio existente em Santos, atenta-se primeiramente aos espaços urbanos do Centro e imediações. A existência de velhos casarios ostentando cuidada ornamentação nas fachadas e as ruas ainda com o desenho original de sua formação compõe um significativo conjunto arquitetônico. No entanto, essas áreas localizadas nas imediações do centro – Valongo, Morros Paquetá, Vila Nova, Macuco e Vila Mathias – sofrem uma decomposição social conjugada aos interesses imobiliários para a expansão do Centro. Isso se caracteriza pela localização de serviços inferiores, hotéis e pensões de segunda classe, armazéns e depósitos de mercadoria, locais de diversões noturnas e prostituição. Grande parte da população que reside nessas áreas abriga-se em cortiços. Essa opção de moradia foi a solução encontrada por essas pessoas para sobreviverem na cidade.

Desde fins do século passado, os cortiços proliferavam em Santos em face de uma oferta de habitações insuficientes para atender aos milhares de trabalhadores que chegavam constantemente para o serviço no porto. As antigas residências que abrigam os cortiços constituem um importante acervo arquitetônico do passado ao presente, merecedores de preservação. A restauração dessas

edificações e a criação de equipamentos de apoio (creches, escolas, postos de saúde) proporcionarão melhores condições de habitabilidade a essa população. Isso exigirá algumas preocupações básicas:

1. Levantamento cadastral sumário - utilização de fichas simples para uma primeira identificação do quadro socioeconômico e do estado da habitação, permitindo nesse curto tempo diretrizes de atuação.

2. Determinação do potencial histórico e estético das áreas de enfoque – pesquisa paralela ao levantamento cadastral, efetuada em arquivos e “in loco”, que permita a identificação da época das construções e de suas características construtivas. Entrevistas com os moradores e comerciantes da área que descreverão a sua vivência e a sua relação afetiva com o espaço que utilizam, bem como as suas ambições e expectativas quanto aos trabalhos de valorização da região.

3. Manipulação das informações colhidas - definição de estratégias de atuação priorizando as áreas de intervenção e criação de mecanismos que assegurem a preservação das edificações de interesse cultural e social, tais como isenções fiscais de IPTU e ISS e outras.

4. Restauração de edificações para fins coletivos – criação de equipamentos nas edificações abandonadas ou desocupadas existentes nessas áreas, previamente discutida a situação junto ao proprietário.

Com a mesma ótica, deve-se investir nas comunidades localizadas

nos morros. Ali ocorre abundante presença da casa em madeira, habitação popular típica da região. Trata-se de uma arquitetura elaborada em fins do século XIX como resposta de um determinado segmento social, o imigrante português, para o déficit habitacional da época. Os morros foram a melhor opção encontrada pelos portugueses para erguer sua moradia provisória, respondendo às suas necessidades básicas.

Com o requinte de executar plataformas planas com pedras onde poderiam fazer cultivos diversos e erguer suas casas, os portugueses demonstraram que era possível ocupar os morros com uma perfeita integração com a topografia acidentada. Contudo, essa técnica construtiva caiu no esquecimento quase geral. As residências de hoje são feitas com certo descuido, acarretando sérios problemas à comunidade face aos constantes desmoronamentos ocorridos nas épocas de fortes chuvas.

As melhorias habitacionais e de infraestrutura para a comunidade dos morros devem ser pensadas tomando como suporte de conhecimento o referencial histórico cultural dessa localidade. Não se trata de informar-se de coisas outrora acontecidas, mas perceber o universo social como algo submetido a um processo ininterrupto e direcionado de formação e reorganização – avaliar as mudanças provocadas a partir dos modelos iniciais. Por isso é necessária a preservação dos referenciais históricos dessa comunidade – o saber fazer a moradia. Longe de

absorvê-los como caráter nostálgico de culto ao passado, mas entendê-los como instrumentos essenciais para a identidade, a conservação, o desenvolvimento e as transformações, fatores que estimulam a consciência crítica na coletividade.

Santos hoje contém edificações consagradas como patrimônio histórico por Lei Federal e/ou Estadual a saber: Casa do Trem, Outeiro de Santa Catarina, Igreja do Carmo, Bolsa Oficial de Café, Casa Azulejada, Casa de Câmara e Cadeia, Casarões do Largo Marquês de Monte Alegre, Mosteiro de São Bento, Engenho dos Erasmos, Forte de São João de Bertioga. Várias outras se encontram em processo de tombamento há anos: Estação Ferroviária do Valongo, Igreja de Santo Antonio, antigo Teatro Guarany e Teatro Coliseu e o Casarão da Praia. A maioria encontra-se em estado de má conservação ou em ruína parcial. As suas utilizações variam de espaço cultural a cortiço ou até mesmo o abandono total. No entanto, as obras de recuperação de alguns dos bens citados vêm ganhando impulso face às inúmeras denúncias da comunidade sobre o desinteresse do poder público em conservá-los. A Casa de Câmara e Cadeia teve sua cobertura recuperada e alguns pisos trocados, recebeu pintura externa e está aguardando o início da segunda fase de recuperação da parte interna. A Bolsa Oficial de Café também recebeu um telhado totalmente novo e agora espera pelo início da restauração interna. A Casa do Trem está em obras para receber

uma escola que atenderá a crianças do centro, solucionando um longo impasse sobre sua destinação. O Casarão da Praia vem sofrendo curiosas intervenções desprovidas de critérios rigorosos, para abrigar uma pinacoteca. Algumas outras apontam para uma recuperação futura. É o Caso da Casa Azulejada da Rua do Comércio que tem um projeto aprovado para o funcionamento de um centro cultural, embora não haja um prazo previsto para o início das obras. A edificação situada sobre os restos do antigo Outeiro de Santa Catarina foi declarada de utilidade pública, cabendo à Prefeitura concretizar a desapropriação e destinar uso adequado. Quanto ao destino dos demais edifícios, é incerta qualquer definição concreta, sujeitando-se apenas a especulações sem maior objetividade.

Porém essa listagem de bens tombados é pouco expressiva face ao enorme acervo histórico e arquitetônico existente em Santos e merecedores de preservação. É inegável o valor cultural de conjuntos urbanístico-arquitetônicos do Paquetá, Macuco, Vila Mathias, Vila Nova, Valongo, Centro e Morros, dos canais de drenagem que outrora auxiliaram na ocupação das áreas inabitadas da Ilha de São Vicente e hoje definem espaços visuais próprios da cidade, das moradias de cantaria de pedra tosca, com bandeiras em arco pleno e gradis de ferro fundido, e dos chalés em madeira de cores intensas, que pontuam em toda a cidade.

Esses referenciais urbanos possuem um forte significado representativo nem sempre

perceptível para a comunidade, simbolizando a relação afetiva entre o homem e o meio, fundamentais para o seu desenvolvimento social. A perda desses elementos como parte da memória coletiva faz com que o cidadão não mais encontre o seu lugar no espaço urbano acentuando o desinteresse pelas coisas da cidade.

No final de 1985, o poder público elaborou uma legislação de tombamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, a Lei 103 de 31 de outubro. Essa Lei veio ao encontro das vozes preservacionistas da cidade em um período em que aumentava o distanciamento entre os órgãos de preservação estadual e federal e o patrimônio santista e acentuavam-se as demolições de exemplares arquitetônicos significativos do patrimônio ambiental urbano.

Passados três anos, a lei Municipal de Tombamento, criada para suprir as deficiências demonstradas pelos demais órgãos preservacionistas, causou apenas uma efêmera sensação de fato consumado. A Lei jamais foi aplicada, até nos momentos em que foi acionada, abrindo dúvidas sobre sua objetividade.

Esse triste quadro demonstra que a preservação patrimonial não está assegurada com a simples elaboração de legislação pelo poder público. A comunidade precisa conhecê-la, entendê-la e usufruir dos seus benefícios. A participação da sociedade na prática de preservação, na definição de suas necessidades e metas e na avaliação

dos resultados, é também um exercício de democracia.

Contudo, ao iniciar qualquer trabalho voltado à preservação, é imprescindível superar um dado básico, o desinteresse coletivo sustentado pela desinformação generalizada. Para que a preservação alcance a sua verdadeira dimensão social e cultural, resta muito a fazer, com certeza!

¹Jaqueline Fernández Alves.

Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Curso de Pós Graduação Patrimônio Cultural – Memória e Preservação da Universidade Santa Cecília; Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 2000; pós-graduada em Restauração de Patrimônio Histórico pela Escola Técnica Superior de Arquitetura da Universidade Politécnica de Madrid em 1992; graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos em 1985 e diretora do escritório de restauração GEPAS arquitetura e restauração Ltda. desde 1988. Rua Nabuco de Araujo n° 139 ap. 81, Santos SP, CEP 11.025-010. Telefone: (013) 9708-2515. Contato: j.fernandez.alves@uol.com.br